

PDF hosted at the Radboud Repository of the Radboud University Nijmegen

The following full text is a publisher's version.

For additional information about this publication click this link.

<http://hdl.handle.net/2066/67873>

Please be advised that this information was generated on 2018-06-20 and may be subject to change.

Djeoromitxí

Hein van der Voort

Universidade Radboud de Noviomago [Holanda]. Museu Paraense Emílio Goeldi

hvoort@xs4all.nl

fevereiro, 2008

- Outros nomes: Jaboti
- Onde estão:
- População:
- Família linguística: Jabuti

Introdução

Os Djeoromitxí viviam tradicionalmente na região sul de Rondônia (RO). Após contatos regulares com não-indígenas, por volta do início do século 20, essa população sofreu grandes baixas demográficas e foi deslocada. Atualmente, residem nas regiões do rio Branco e do rio Guaporé. De acordo com sua história oral, as cabeceiras do rio Branco é a área tradicional deles.

Nome

Sua autodenominação é Djeoromitxí. A origem desse nome não é fácil de traçar. É possível que seja o termo dado a um clã, cujo significado vem a ser um tipo de palmeira (Denise Maldí, 1991).

Os Djeoromitxí são tradicionalmente conhecidos pelos não-indígenas como *Jabuti*, um empréstimo do Tupi à língua portuguesa. Esse termo não é utilizado pelos Djeoromitxí como autodenominação e é provável que tenha sido através da língua makurap que esse nome chegou a ser identificado aos Djeoromitxí. Os Makurap se referiam aos Djeoromitxí como Txawiti, que significa “outros índios, desconhecidos ou selvagens”. É possível que os não-indígenas tenham interpretado tal palavra como “Jabuti”.

Em muitas referências, encontra-se o nome Kipiu ou Quipiú como uma denominação alternativa para os Djeoromitxí (esse nome foi registrado na expedição de Snethlage em 1934). No entanto, é incerto afirmar que se trata de uma autodenominação, pois ainda que tal termo originalmente tenha sido usado para se referir a um dos subgrupos ou clãs tradicionais dos Djeoromitxí, o nome não é reconhecido atualmente pelos próprios índios e nem por seus vizinhos tradicionais, os Arikapú.

Vários nomes de subgrupos ou clãs Djeoromitxí são conhecidos entre os povos atuais: kunõny'rø e kunõmbi'ro se referem a certas espécies de formiga, e 'urikyta're aparentemente significa “habitantes de um vale”. Muitos desses nomes também constam na literatura (Maldí, 1991). O nome Kurupu é lembrado por alguns anciões como o nome de um grupo extinto que falava uma língua diferente. Outros dizem que essa língua era muito parecida com Djeoromitxí. É possível que o nome signifique um dos clãs tradicionais dos Djeoromitxí, porque provavelmente sua origem está na palavra kurú que quer dizer “pé de buriti” (Mauritia vinifera), em Djeoromitxí.

Os Arikapú costumam chamar os Djeoromitxí de *kupere*, ou seja, “outros índios”.

O nome Jabuti ou Yabuti é usado em diversas fontes (por exemplo: Greenberg, 1987) para se referir à família linguística que inclui as línguas Arikapú e Djeoromitxí.

Língua

Até muito recentemente, a língua dos Djeoromitxí, assim como a de seus vizinhos Arikapú, permanecia praticamente não-documentada. Apesar disso, com base nas listas de palavras existentes, estas duas línguas eram consideradas, desde a década de 30, como pertencentes à família linguística Jabuti.

As línguas Jabuti são bastante diferentes das outras línguas da região do Guaporé e não fazem parte das famílias linguísticas vizinhas (Tupi, Nambikwara ou Txapakura). São muitas vezes consideradas como uma família pequena, isolada e sem afiliação a qualquer outra família linguística conhecida. Porém, ainda em 1935, Curt Nimuendajú (2000) observou que as

listas de palavras Arikapú e Djeoromixí, coletadas por Snethlage, revelavam semelhanças com certas línguas Jê do Brasil Oriental, tais como Xerente, Kayapó, Kaingang e Timbira.

Pesquisas recentes, como as de Ribeiro e de van der Voort (2005, no prelo), forneceram evidências lexicais e gramaticais adicionais que confirmaram a hipótese de Nimuendajú. Desse modo, a família lingüística Jabuti é provavelmente um ramo do tronco lingüístico Macro-Jê. Aspectos básicos da língua ancestral Proto-Jabuti foram reconstruídos por van der Voort em um artigo comparativo (2007).

As línguas Jabuti são muito semelhantes entre si, porém não são idênticas. Visto que os Arikapú e os Djeoromixí são vizinhos próximos, é provável que suas línguas tenham se diversificado a partir de uma língua ancestral comum na região. Uma comparação cuidadosa sugere que foi preciso mais ou menos dois mil anos para que as duas línguas se diferenciassem. Portanto, os ancestrais dos Arikapú e Djeoromixí devem ter migrado à região do Guaporé há pelo menos dois mil anos atrás e, além disso, é possível que tenham vindo do leste, pois falavam uma língua Macro-Jê.

A língua dos Djeoromixí está seriamente ameaçada de extinção, porém ainda se mantém forte em alguns núcleos familiares, onde é falada por pessoas de todas as gerações. Atualmente, vários índios ensinam em português e na sua língua materna nas escolas primárias da T. I. Rio Guaporé. Por outro lado, na T. I. Rio Branco, a língua é falada somente por poucos indivíduos. A maioria dos falantes de Djeoromixí também fala o português e há outros que ainda sabem se comunicar através de outras línguas indígenas.

População e localização

Embora esse grupo indígena totalizasse uma enormidade de pessoas antes do contato, em 2006, segundo a Funasa, o número de indivíduos que se auto-identificavam como Djeoromixi somavam 165 índios.

O ambiente tradicional desse povo é a floresta tropical úmida. Segundo seus relatos, eles sempre viveram nas cabeceiras do rio Branco. Para evidenciar esse aspecto, nota-se que sua língua não apresenta palavras que designem os peixes grandes habitantes do baixo rio Branco e do rio Guaporé, tal como o surubim (gênero *Platystomatichthys*).

Segundo Franz Caspar (1975), os Djeoromixí habitavam até 1955 a margem esquerda e os afluentes esquerdos do rio Branco, acima de onde fica hoje a cidade de Alta Floresta d'Oeste. Viviam abaixo dos Arikapú. Seus vizinhos tradicionais eram também os Makurap e Wayurú de língua Tupi (família Tupari), que moravam rio abaixo, na margem esquerda do rio Branco. Na margem direita, viviam os Tupari, que eram seus inimigos. Mais abaixo ainda, estavam os Aruá de língua Tupi (família Mondé).

Atualmente, uma parte dos Djeoromixí vive com outros grupos na T. I. Rio Branco, ao sul de sua área tradicional. A outra parte reside na T. I. Guaporé junto com outros povos, a mais de 160 quilômetros a oeste, na fronteira do Brasil com a Bolívia.

Histórico do contato

Além dos encontros esporádicos com viajantes, entre os séculos 17 e 19, os povos que habitavam a margem direita do Guaporé entraram em contato regular com os não-indígenas somente no final do século 19.

Nas primeiras décadas do século 20, seringalistas criaram estabelecimentos para exploração de borracha e de caucho - os "barracões" - nos rios Branco, Mekens, Colorado e Corumbiara. Eram postos comerciais onde os produtos extraídos das florestas adjacentes eram armazenados e de onde partiam as embarcações para Guajará-Mirim. Nesses "barracões", os "brancos" atraíam os grupos indígenas locais com machados de metal e outros produtos e os empregavam para a extração de látex, da castanha do Pará e do ipeca (*Cephaelis ipecacuanha*) através do sistema de aviamento. Também introduziram muitas doenças infecciosas.

Após o contato, os indígenas do sul de Rondônia sofreram com a desintegração e o deslocamento de seus membros. Por volta de 1920, muitos Djeoromixí desceram o rio para trabalhar no seringal do Paulo Saldanha, onde muitos Tupari também tinham ido.

"Os Djeoromixí estavam situados acima das cabeceiras do rio Branco, uma região de terrenos elevados e campos esparsos, quando foram alcançados pelos caucheiros. Eles afirmaram que atacaram os primeiros brancos com determinação. A primeira idéia a respeito desses estrangeiros foi de horror: seu aspecto pareceu-lhes animalesco, anti-humano, porque "tinham barba". Os que se aproximaram foram inicialmente mortos. Imediatamente os brancos reagiram e começaram os ataques. Essas agressões foram particularmente intensas a partir de 1930. A instalação do seringal Paulo Saldanha nas cabeceiras do rio Branco foi um fator definitivo para a dissolução das aldeias Arikapú e, posteriormente, das aldeias Djeoromixí. Funcionando como um foco de atração de mão-de-obra, foi também o centro irradiador de epidemias de sarampo. Segundo foi possível

apurar, as aldeias foram irreversivelmente abandonadas por volta de 1934. O sarampo se alastrou e, desesperados, os índios se moviam de uma aldeia a outra, levando o contágio. Acabaram por se concentrar no ‘barracão’, onde aprenderam a tirar caucho.” (Denise Maldí, 1991)

No início dos anos 30, o S. P. I. (Serviço de Proteção ao Índio) começou a transferir grupos indígenas do sudoeste de Rondônia para as “colônias” do oeste, como a colônia Ricardo Franco, agora denominada T. I. Guaporé, localizada no rio Guaporé, um pouco acima da confluência com o rio Mamoré. Os índios eram obrigados a viver e a trabalhar sob condições desumanas. Muitos tentaram fugir e retornar para suas terras de origem nos rios Branco, Corumbiara e Pimenta Bueno.

Entre 1930 e 1960, muitos Djeoromixí e Arikapú desceram mais ainda, até o seringal de São Luis, onde também se concentravam muitos Makurap, Arua e Wayurú. Além disso, muitas pessoas escaparam do aviamento fugindo para Guajará-Mirím, de onde foram transferidas para Ricardo Franco ou para outras reservas no vale do Guaporé.

Entre 1930 e 1980, os remanescentes desses grupos foram removidos para as áreas indígenas, que ainda hoje estão sendo ameaçadas por invasões ilegais, atividades madeireiras e pela mineração.

O contato com os não-índigenas resultou na morte da maioria dos grupos do sul de Rondônia, muitas vezes antes que qualquer trabalho de documentação pudesse ser feito.

Hoje, os Djeoromixí vivem nas Terras Indígenas Guaporé e Rio Branco.

Complexo Cultural do Marico

Os Djeoromixí costumavam ocupar grandes malocas em forma de colméia e sua subsistência se baseava na pesca, caça, coleta de frutas e insetos, e agricultura de roçado. Plantavam milho, macaxeira, amendoim, inhame, banana, cabaça e criavam larvas comestíveis de várias espécies de insetos.

Enterravam seus mortos dentro das casas, sentados e dentro de urnas funerárias de cerâmica, fechadas com tampas. Por cima do túmulo mantinha-se aceso durante dias uma fogueira para ajudar na preservação dos restos mortais. A família quando mudava de casa, levava muitas vezes consigo as urnas para re-enterrá-las na nova casa.

Em termos culturais, os Djeoromixí se aproximam bastante de outros grupos do sudoeste de Rondônia e com eles compartilham muitas características. Segundo a etnohistoriadora Denise Maldí (1991), o “complexo cultural do marico” inclui vários grupos de língua Tupi, os dois grupos de língua Jabuti (os Djeoromixí e os Arikapú), bem como os Kanoê, Aikanã e Kwazá, que falam línguas isoladas.

“No que se refere à cultura material, alguns elementos atestam inequívoca similaridade entre os povos da região do Guaporé: a ausência do cultivo da mandioca “brava” e da farinha, na alimentação; o consumo da chicha de milho na alimentação regular e da chicha fermentada em ocasiões cerimoniais, e a confecção do marico. Trata-se de cestas de fibras de tucum, tecidas em pontos miúdos ou médios, podendo ter vários tamanhos e que não são só característicos como exclusivos dos grupos indígenas que habitam hoje a T. I. Guaporé e a T. I. Rio Branco.

Um outro elemento cultural, além da confecção do marico, que poderia ser considerado exclusivo dos povos do rio Branco, Colorado e Mekens é a aspiração do pó de angico nos atos xamanísticos.

Com relação aos grupos indígenas do Guaporé e dos afluentes ocidentais do Mamoré, há três aspectos culturais característicos: a ausência da mandioca “brava” e da farinha na alimentação; a existência de subgrupos territoriais definidos e nominados; e o consumo de chicha de milho em cerimônias, que alternavam sucessivamente os papéis hóspede/anfitrião entre os subgrupos e que serviam como um importante mecanismo de solidariedade e coesão.” (Maldí, 1991)

Há relatos que indicam, entre os Djeoromixí, uma divisão em subgrupos territoriais identificados por nomes de diferentes espécies de palmeiras e de formigas.

“A estrutura social tradicional dos grupos da região do Guaporé sofre sérias ameaças no tocante à sua reprodução e perpetuação face às perdas demográficas. Entretanto, uma nova realidade social emerge, a partir da intensificação das relações intersocietárias pelo menos dentro do T. I. Guaporé. Alguns elementos culturais estão sendo valorizados e atuam como mecanismos de solidariedade entre as sociedades distintas: o consumo da chicha, que estabelece uma regra não coercitiva de etiqueta, e o xamanismo, com a atuação conjunta de indivíduos de grupos indígenas distintos na aspiração do pó de angico e nas cerimônias de cura.

Sem dúvida foi o contato que intensificou as relações intersocietárias, sobretudo através de dois mecanismos: as festas de chicha e os casamentos. As festas de chicha eram práticas tradicionais de todos esses grupos, nas quais as aldeias se alternavam nos papéis de anfitriã/convidada, criando redes ininterruptas de solidariedade e reciprocidade. Depois do contato, os diferentes povos, ao invés das diferentes aldeias de um mesmo grupo, passaram a alternar esses papéis. Os casamentos intersocietários surgiram face às necessidades demográficas e, com o tempo, serviu para estreitar os laços entre os povos da região” (Maldi, 1991).

Xamanismo

"A atuação do xamã está relacionada ao uso que faz de um alucinógeno: as sementes de angico, que são macerados até virarem pó e misturadas com um tipo especial de fumo, cultivado para este fim. Ao que tudo indica, o cultivo do fumo para uso xamanístico é um elemento cultural comum a todos os grupos indígenas da região do Guaporé.

De acordo com os registros de Rondon (1916), o que mais lhe chamou a atenção foi o fato de que os índios “não fumavam”, mas faziam uso do “rapé por meio de um dispositivo bastante engenhoso, o qual consiste em um tubo de taquarinha, de dois palmos de comprimento, tendo numa das extremidades, um pequeno recipiente carregado de pó de tabaco. A pessoa que vai tomar a pitada aproxima-o das narinas, e outra pessoa, servindo-se da extremidade livre do tubo, sopra por ele, fazendo o rapé penetrar nas fossas nasais do tabaquista, que auxilia a operação mediante profunda inalação”. A descrição corresponde exatamente à forma como, ainda hoje, é aspirada a mistura de pó de angico e fumo, que Rondon chamou de “rapé”. Em várias narrativas míticas, há menções à aspiração xamanística.

Além disso, os xamãs também usam um léxico especial, aparentemente ininteligível aos não-iniciados, e recitam durante o processo de cura" (Maldi, 1991)

Aspectos contemporâneos

A T. I. Rio Branco

A Terra Indígena Rio Branco tem quase 400 habitantes, divididos entre várias aldeias ao longo do médio rio Branco. Essa T. I. foi homologada em 1986. A maioria da população é Tupari, mas há também grupos menores como os Makurap, os Aruá, os Kanoê, os Arikapú e os Djeoromitxi.

A aldeia principal, São Luis, é acessível por carro de Alta Floresta d'Oeste. As outras aldeias, como Trinitário, Colorado, Cajui e outras só podem ser alcançadas pelo rio e, devido ao seu isolamento, as línguas indígenas e muitas práticas culturais tradicionais estão melhor preservadas. Pesca-se com arco e flecha; há pajés utilizando o paricá para curar, e ainda há as festas de chicha, ocasião em que se pintam com o urucum e o jenipapo, cantam e dançam de modo tradicional.

A parte meridional da T. I. Rio Branco faz divisa com a Reserva Biológica do Guaporé. Esta reserva tem parte de sua área incidindo sobre a Terra Indígena Massaco, onde vivem grupos isolados. Sua língua e identidade étnica ainda são desconhecidas.

A T. I. Rio Branco e seus habitantes são constantemente ameaçados por seus vizinhos não-indígenas e pelos políticos estaduais de diversas maneiras. Devido ao desmatamento contínuo nos arredores, a área se parece cada vez mais a uma ilha, onde a caça está ficando escassa, aumentando a dependência à pesca. Ao mesmo tempo, invasores entram na reserva praticando a pesca ilegal em grande escala. Os pesticidas utilizados nas fazendas, localizadas na região das cabeceiras (que fica fora da T. I.), acabam indo para o rio principal, colocando em risco a saúde dos que ali vivem. Os projetos hidroelétricos irregulares da região também provocam graves danos aos ecossistemas fluviais. Finalmente, a atividade madeireira ilegal dentro da T. I. causa ainda mais danos ecológicos.

Há relatos de destruição de sítios arqueológicos em função de obras de construção em Paulo Saldanha, no alto rio Branco. Em alguns casos, urnas funerárias foram desenterradas e propositalmente destruídas na tentativa de ocultar evidências jurídicas. Este tipo de ação prejudica as opções futuras dos Djeoromitxi e de outros grupos de reivindicarem suas terras ancestrais.

A desvalorização da cultura tradicional acelerou-se recentemente com a chegada de uma igreja protestante fundamentalista que desaprova o xamanismo e as festas tradicionais, criando assim uma divisão interna na comunidade.

T. I. Guaporé

A Terra Indígena Guaporé tem mais 600 habitantes, divididos entre várias aldeias nas baías e nos lagos ao longo do grande rio Guaporé. A homologação dessa T. I. ocorreu em 1996.

A população é formada por famílias mistas de Aruá, Wayurú, Makurap, Tupari, Kanoê, Aikanã, Djeoromitxí, Arikapú, Wari e Kuyubi. A maioria das pessoas vive na superpovoada aldeia Ricardo Franco (antigo nome da reserva), no próprio rio Guaporé. Há um posto da Funai, um posto médico e uma escola.

Semelhante ao caso de São Luis, em Ricardo Franco, a influência cultural dos não-indígenas é forte. A maioria dos jovens encontrou poucas opções de vida e por isso as comunidades enfrentam muitos problemas sociais. A vida nas outras aldeias (Baía das Onças, Baía da Coca e Baía Rica) é melhor no que diz respeito a facilidade de caçar, pescar e plantar. Além disso, as línguas indígenas e muitos elementos da cultura tradicional são ali melhor preservados. A região ao redor da T. I. Guaporé não é totalmente conhecida e pode ser que haja grupos isolados. Muitos habitantes da área relatam que, em várias ocasiões, tiveram encontros com índios não-identificados.

Como na T. I. Rio Branco, existe na T. I. Guaporé a pesca ilegal, no entanto a atividade madeireira e o problema com os pesticidas agrícolas ocorrem em menor escala – isso por causa de sua localização mais isolada e sem acesso terrestre. Outros problemas surgem na área por conta de sua proximidade com a Bolívia, que fica a uma distância de 300 metros na outra margem do Guaporé. Há quatro anos vem acontecendo de forma constante a dragagem ilegal de cascalho na margem brasileira na Baía das Onças. O que se diz é que o cascalho é utilizado na produção de cimento, mas as atividades têm a aparência de garimpagem. Qualquer que seja a finalidade, tal atividade é danosa ao ambiente da região, pois destrói as encostas e pode alterar assim a correnteza do rio. Estas ações foram denunciadas em vão às autoridades, visto a facilidade de levar os equipamentos para o lado boliviano antes da chegada da Polícia Federal, que vem da longínqua cidade de Guajará-Mirim.

Notas sobre as fontes

O primeiro registro dos Djeoromitxí e amostragem de sua língua foram feitos pelo etnógrafo alemão Emil Heinrich Snethlage, que visitou a região do Guaporé a serviço do Museu de Etnologia de Berlim (Snethlage, 1937). Snethlage visitou muitos povos do rio Branco, inclusive os Djeoromitxí (que ele chamou de Kipiu), e retornou a Berlim com uma coleção de objetos, fotos, filmes e gravações musicais em rolos de cera (Snethlage, 1939). Naquela época, os povos da região já tinham sido vítimas de grandes epidemias de sarampo, gripe e de outras doenças contagiosas que se alastraram rapidamente pela região.

Entre 1948 e 1955, o etnógrafo suíço Franz Caspar fez pesquisa na região do rio Branco e ficou conhecido pelo seu trabalho sobre a cultura tradicional Tupari (1958, 1975). Caspar compilou extensas listas de palavras de todas as línguas que encontrou, inclusive Djeoromitxí. Ele também teve acesso aos diários de campo de Snethlage e os citou na sua tese de doutorado (Caspar, 1953). Caspar ainda é lembrado pelos anciões.

No início de 1954, as populações indígenas do rio Branco sofreram uma terrível epidemia de sarampo. Os Djeoromitxí também foram novamente atingidos, mas um grupo de tamanho razoável conseguiu sobreviver.

Em 1968, os lingüistas missionários Willem Bontkes e Robert Campbell fizeram um levantamento no sul de Rondônia para o Summer Institute of Linguistics (SIL). No rio Branco, Campbell compilou uma lista de palavras Djeoromitxí, da qual alguns itens foram publicados no levantamento de Rodrigues de línguas indígenas brasileiras (1986).

Na década dos 80, vários antropólogos e lingüistas visitaram a região e conheceram índios que falavam Djeoromitxí. Como parte de sua pesquisa antropológica, a etnohistoriadora Denise Maldí entrevistou muitos anciões e coletou mitos tradicionais para o levantamento daquilo que chamou de “complexo cultural do marico” (Maldí, 1991).

A antropóloga Betty Mindlin também viajou à região, colecionando e publicando uma série de volumes populares de histórias tradicionais dos povos indígenas (Mindlin, 1993, 1998 e 1999). Já o lingüista Denny Moore, do Museu Goeldi, compilou listas comparativas de palavras na T. I. Guaporé. Posteriormente, a lingüista Nádia Pires fez um trabalho de campo entre os Djeoromitxí (Guaporé), para sua tese de mestrado, que resultou na descrição de sua língua (1992) e em um material de alfabetização em Djeoromitxí (1994, 1995).

Entre 2001 e 2004, Hein van der Voort realizou pesquisas com falantes de Djeoromitxí. Recentemente, o estudante do Museu Goeldi, Thiago Vital, visitou os Djeoromitxí da T. I. Guaporé no intuito de dar continuidade ao trabalho de documentação e de descrição da língua nativa.

Fontes de informação

- CASPAR, Franz. Ein Kulturareal im Hinterland der Flüsse Guaporé und Machado (Westbrasilien), dargestellt nach unveröffentlichten und anderen wenig bekannten Quellen, mit besonderer Berücksichtigung der Nahrungs- und Genussmittel, Universität Hamburg, 1953. (Tese de doutorado)
- -----. “A expedição de P.H. Fawcett à tribo dos Maxubi em 1914”. In: Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas. São Paulo, 1955, pp. 113-120.
- -----. Tuparí. Entre os índios, nas florestas brasileiras. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- -----. Die Tuparí: Ein Indianerstamm in Westbrasilien, Monographien zur Völkerkunde herausgegeben vom Hamburgischen museum für Völkerkunde, VII, Berlin - New York: Walter de Gruyter, 1975.
- FAWCETT, Percy Harrison. “Bolivian Exploration, 1913-1914”. In: Geographical Journal. London, 1915, vol. 45, pp. 219-228, com 7 fotos e 1 mapa.
- -----. Exploration Fawcett [edited by Brian Fawcett], London: Hutchinson, 1953.
- MALDI, Denise. “O Complexo Cultural do Marico: Sociedades Indígenas dos Rios Branco, Colorado e Mequens, Afluentes do Medio Guaporé”. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia. 1991, vol. 7, n. 2, pp. 209-269.
- MINDLIN, Betty. Tuparís e Tarupás: Narrativas dos índios Tuparís de Rondônia. São Paulo: Editora Brasiliense / Editora da Universidade de São Paulo / Instituto de Antropologia e Meio Ambiente, 1993.
- -----& Narradores Indígenas. Moqueca de maridos: mitos eróticos. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.
- -----. Terra grávida. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1999.
- MOORE, Denny. Glossário Tuparí-Jaboti-Arikapú [manuscrito não-publicado, 4 pp., 77 entradas Arikapú gravado de uma mulher bilingue Djeoromitxí-Arikapú em julho de 1988. Arquivo do Museu Goeldi [Belém], Rondônia, 1988.
- NIMUENDAJÚ, Curt. Cartas do Sertão de Curt Nimuendajú para Carlos Estevão de Oliveira. Apresentação & Notas: Thekla Hartmann. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, Assírio & Alvim, 2000.
- PIRES, Nádia Nascimento. Estudo da gramática da língua Jeoromitxí (Jabutí) – aspectos sintáticos das cláusulas matrizes. Campinas, 1992. (Dissertação de mestrado)
- PIRES, Nádia Nascimento, José Roberto Jabutí & Vandete Jabutí. Livro de alfabetização em Djeoromitxí (Jabutí). Belém: Museu Goeldi, 1994.
- -----. Livro de escrita em Djeoromitxí (Jabutí). Belém: Museu Goeldi, 1995.
- RIBEIRO, Eduardo & VOORT, Hein van der. “A inclusão das línguas Jabuti de Rondônia no tronco Macro-Jê”, contribuição ao IV Encontro Internacional sobre Línguas e Culturas Macro-Jê. Recife, Pernambuco, dias 3 a 5 de novembro de 2005.
- -----. no prelo. “Nimuendajú was right: The inclusion of the Jabuti language family in the Macro-Jê stock”. In: International Journal of American Linguistics.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Línguas Brasileiras: Para o Conhecimento das Línguas Indígenas, São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- SNETHLAGE, Emil Heinrich. Atiko Y, meine Erlebnisse bei den Indianern des Guaporé, Berlin: Klinkhardt & Biermann Verlag, 1937.
- -----. Musikinstrumente der Indianer des Guaporégebietes, Baessler-Archiv, Beiträge zur Völkerkunde, Beiheft X, Berlin: Dietrich Reimer - Andrews & Steiner, 1939.

- SILVA, Maria do Socorro Pimentel da. “Djeoromitxí: Uma língua indígena ameaçada de extinção em contexto multilingüe”. In: Leo Wetzels (org.), Language endangerment and endangered languages. Indigenous Languages of Latin America (ILLA) 5, Leiden:CNWS Publications, 2007, pp. 51-58.
- VOORT, Hein van der. “Proto-Jabutí: Um primeiro passo na reconstrução da língua ancestral dos Arikapú e Djeoromitxí”. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (Ciências humanas), 2007.